HOSPITAL INFANTE D. PEDRO, E. P. E.

Despacho n.º 15 348/2007

Por despacho do presidente do conselho de administração de 4 de Abril de 2007, foi a Sandra Maria Calixto Rodrigues, assistente eventual de medicina interna, rescindido a seu pedido o contrato administrativo de provimento a partir de 2 de Abril de 2007 (inclusive). (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

21 de Junho de 2007. — A Chefe de Secção, *Maria Margarida Nogueira Marques.*

HOSPITAL PADRE AMÉRICO, VALE DO SOUSA, E. P. E.

Despacho (extracto) n.º 15 349/2007

Por deliberação do conselho de administração de 27 de Abril de 2007, foi autorizada licença sem vencimento de longa duração a Vasco Manuel Pinto Ribeiro, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, com efeitos a 2 de Maio de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2007. — A Vogal do Conselho de Administração, *Anabela Rêgo.*

HOSPITAL DE SANTA MARIA, E. P. E.

Rectificação n.º 1042/2007

Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 10 631/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 112, de 12 de Junho de 2007, rectifica-se que onde se lê:

«Para cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, após homologação do conselho de administração de 23 de Março de 2007, se encontra afixada a lista de classificação final do concurso interno de acesso geral para o preenchimento de 50 vagas na categoria de auxiliar de acção médica principal, da carreira do pessoal dos serviços gerais, do quadro de pessoal do Hospital de Santa Maria, E. P. E., aberto pelo aviso n.º 9716/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 213, de 7 de Novembro de 2005, e rectificado pelo aviso n.º 1917/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 226, de 24 de Novembro de 2005.»

deve ler-se:

«Para cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que após homologação do conselho de administração de 23 de Março de 2007, se encontra afixada a lista de classificação final do concurso interno de acesso geral para o preenchimento de 50 vagas na categoria de auxiliar de acção médica principal, da carreira do pessoal dos serviços gerais, do quadro de pessoal do Hospital de Santa Maria, E. P. E., aberto pelo aviso n.º 9716/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 213, de 7 de Novembro de 2005, e rectificado pelo aviso n.º 1917/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 226, de 24 de Novembro de 2005.

Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos dispõem de 10 dias úteis a contar da data da publicação da presente lista para recorrer.

Em caso de recurso, o mesmo deverá ser dirigido ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e dar entrada no prazo referido.»

19 de Junho de 2007. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves.*

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.

Despacho (extracto) n.º 15 350/2007

Por despacho de 22 de Maio de 2007 da presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, foi autorizada a mobilidade interna de António José Faria de Paula Campos, assistente graduado da carreira médica de saúde pública, para o Centro de Saúde de Campo Maior, com efeitos a partir de 28 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Joaquim Filomeno Duarte Araújo.*

PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Aviso n.º 12 645/2007

Transferência de técnica superior de 2.ª classe

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 7 de Junho de 2007, foi autorizada a transferência de Ana Sofia Madeira Maduro da Câmara Municipal do Montijo para esta autarquia, ocupando o lugar de técnica superior de 2.ª classe. Esta transferência produziu efeitos a 1 de Julho de 2007. Mais se torna publico que a referida transferência teve por base o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

3 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Miguel Franco.*

2611028875

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVITO

Aviso (extracto) n.º 12 646/2007

Aviso de nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, no âmbito das competências da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi nomeado técnico profissional de 1.ª classe — fiscal municipal, do quadro desta Câmara Municipal, na sequência do concurso interno de acesso e depois de homologada a classificação atribuída, o candidato José António Caeiro Sancho (16 valores).

O nomeado deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.* (A nomeação em causa está isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

19 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Paulo Trindade.*

2611028917

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

Aviso n.º 12 647/2007

Renovação de contratos

Para os devidos efeitos torna-se público que foram renovados os contratos de trabalho a termo celebrados com os indivíduos abaixo mencionados:

Carla Patrícia Esteves Lousado Ramalho, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.

Cármen Sofia Martins Jacinto Gomes, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.

Clarinda Alves Gomes, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.

Eduarda Filipa de Sousa Ferreira, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.

Ana Paula Carvalheira Duarte Freire, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.

Célia Maria dos Santos Pires da Silva, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.
Maria Graça Cerveira Cardoso Fonseca, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.
Maria Isabel da Silva Ferreira, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.
Maria Selene Jesus Rodrigues Andrade, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2008.
Maria Alice de Assunção Lira da Silva, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 14 de Setembro de 2008.
Maria Belém Simões Santiago Fonseca, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 14 de Setembro de 2008.
Irene Lincho dos Santos Ferreira, auxiliar dos serviços gerais — renovado até 14 de Setembro de 2008.

Mais se torna público que as renovações destes contratos foram feitas com base nos termos do n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques.*

2611028873

Aviso n.º 12 648/2007

Renovação de contratos

Para os devidos efeitos, torna-se público que foram renovados os contratos de trabalho a termo celebrados com as funcionárias abaixo mencionadas:

Carla Alexandra Castanheira dos Santos, auxiliar de serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2010.
Graça Maria Fernandes Marques Barbas, auxiliar de serviços gerais — renovado até 31 de Agosto de 2010.

Mais se torna público que as renovações destes contratos foram feitas com base no disposto no n.º 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques.*

2611028882

Aviso n.º 12 649/2007

Renovação de contratos

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados os contratos de trabalho a termo celebrados com as assistentes administrativas abaixo mencionadas:

Liliana Maria Henriques Santiago — renovado até 18 de Julho de 2010.
Dora Marina Simões Cardoso — renovado até 1 de Agosto de 2010.

Mais se torna público que as renovações destes contratos foram feitas com base no disposto no n.º 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques.*

2611028907

Aviso n.º 12 650/2007

Renovação de contratos

Para os devidos efeitos se torna público que foi renovado até 1 de Julho de 2010 o contrato de trabalho a termo celebrado com Sávio Marieta Ayres da Cunha como calceteiro.
Mais se torna público que a renovação deste contrato foi feita com base nos termos do n.º 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques.*

2611028895

Aviso n.º 12 651/2007

Renovação de contratos

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados os contratos de trabalho a termo celebrados com os condutores de máquinas pesadas e veículos especiais abaixo mencionados:

Paulo Jorge Rodrigues Pereira — renovado até 12 de Julho de 2008.
Pedro Miguel Pinho Ferreira — renovado até 30 de Junho de 2008.

Mais se torna público que as renovações destes contratos foram feitas com base no disposto no n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques.*

2611028889

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS

Aviso n.º 12 652/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de engenharia civil de 2.ª classe — estagiário

1 — Torna-se público que, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e de acordo com o meu despacho de 20 de Junho de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de engenharia civil de 2.ª classe — estagiário.
2 — Legislação aplicável — ao presente concurso são aplicáveis as regras constantes dos Decretos-Leis n.os 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 265/88, de 28 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.
3 — Remuneração e condições de trabalho — o lugar a prover será remunerado de acordo com o Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e as condições de trabalho e regalias sociais as vigentes para os funcionários da administração local — escalão 1, índice 321 (€ 1048,87).
4 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento, tendo preferência em igualdade de classificação o candidato com deficiência, de acordo com a quota de emprego prevista no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.
5 — Local de trabalho — Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida e área do concelho de Arruda dos Vinhos.
6 — São admitidos a concurso os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas, os requisitos gerais e especiais de admissão.
6.1 — São requisitos de admissão:

a) Gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Especiais — posse de licenciatura em Engenharia Civil.

7 — Conteúdo funcional — de acordo com o previsto no despacho, do Secretário de Estado da Administração Local, n.º 6871/2002, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 3 de Abril de 2002.
8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão a prova escrita de conhecimentos teóricos (*PECT*) e a entrevista profissional de selecção (*EPS*), que constituem a classificação final (*CF*):

$$CF = \frac{PECT + EPS}{2}$$

8.1 — Entrevista profissional de selecção — será classificada de 0 a 20 valores, sendo os parâmetros a valorar os seguintes:

$$EPS = \frac{CL + QPC + CECV + SR + CRP}{5}$$

CL = capacidade de liderança;
QPC = qualificação e perfil para cargo;
CECV = capacidade de expressão e compreensão verbal;
SR = sentido de responsabilidade;
CRP = capacidade de relacionamento pessoal.

Na entrevista profissional de selecção serão atribuídas aos candidatos menções qualitativas com a seguinte pontuação:

Muito favorável — de 15 a 20 valores;
Favorável — de 10 a 14 valores;
Não favorável — de 0 a 9 valores.

8.2 — Prova escrita de conhecimentos — a prova escrita de conhecimentos será pontuada numa escala de 0 a 20 valores e versará sobre os seguintes temas:

Constituição da República Portuguesa;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro (Código do Procedimento Administrativo);
Carta Deontológica do Serviço Público (*Diário da República,* 1.ª série, n.º 64, de 17 de Março de 1993);
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro (Estatuto Disciplinar